



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Seif

EMENDA Nº
(ao PLP 128/2025)

O Art. 4º do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º
.....

§ 8º
.....

VII - benefícios tributários cuja legislação concessiva preveja teto quantitativo global para a concessão, prévia habilitação ou autorização administrativa para fruição do benefício;

.....(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda insere-se como medida de racionalização normativa essencial à preservação da coerência regulatória, da segurança jurídica e da atratividade de investimentos no setor de Exploração e Produção de petróleo e gás natural. Seu objetivo é excluir os regimes aduaneiros e tributários especiais Repetro e Repetro-IVA da obrigação de redução mínima de 10% dos benefícios fiscais federais prevista no PLP nº 128, de 2025, evitando que um instrumento voltado ao ajuste fiscal produza efeitos adversos sobre uma política pública



estruturante, intensiva em capital e caracterizada por investimentos de longo prazo, recentemente reafirmada no âmbito da Reforma Tributária.

Sob o prisma jurídico-tributário, o Repetro não se qualifica como benefício fiscal em sentido estrito, mas como regime técnico destinado a assegurar neutralidade tributária em um setor marcado por elevados riscos geológicos, tecnológicos e financeiros. A lógica subjacente consiste na realocação temporal da tributação, mediante a suspensão ou postergação da incidência tributária nas fases iniciais de exploração e desenvolvimento, quando inexistem receitas, concentrando-se a arrecadação na fase produtiva, em que a geração de caixa é efetiva. Não há, portanto, renúncia estrutural de receitas, mas adequação do momento da tributação ao ciclo econômico do empreendimento.

Nesse contexto, é relevante destacar que a carga governamental total incidente sobre o setor de petróleo e gás no Brasil alcança patamar aproximado de 70% das receitas de comercialização, considerando tributos, royalties, participações especiais e demais exações. Tal nível de government take posiciona o País entre as jurisdições mais oneradas do cenário internacional, afastando qualquer alegação de subtributação do setor. O Repetro atua, assim, como instrumento de viabilização econômica ex ante, reduzindo custos justamente nas etapas de maior risco e intensidade de capital, permitindo que projetos alcancem a fase produtiva, momento em que a arrecadação pública se concretiza de forma robusta e continuada.

A supressão ou mitigação desse regime especial compromete essa equação econômica, ao elevar o custo marginal dos investimentos no estágio de maior incerteza e menor previsibilidade de retorno. Tal efeito é particularmente sensível em fronteiras exploratórias de alto risco, como a Margem Equatorial brasileira, ainda não comprovada e sujeita a desafios logísticos, ambientais e tecnológicos relevantes. A imposição de cortes lineares sobre o Repetro tende a afastar investimentos ou redirecioná-los para outras jurisdições com regimes mais estáveis, produzindo, de forma paradoxal, não aumento, mas postergação ou perda definitiva de arrecadação futura, com impactos negativos sobre produção, empregos, cadeia produtiva e receitas públicas.



Além disso, a redução linear dos regimes aplicáveis ao Repetro configura, juridicamente, majoração indireta da carga tributária, uma vez que a supressão de regimes de suspensão ou desoneração implica aumento automático do montante devido pelo contribuinte. Tal circunstância atrai a incidência dos princípios da anterioridade anual e nonagesimal, nos termos do art. 150, III, da Constituição Federal e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal. A previsão de efeitos arrecadatórios imediatos no PLP nº 128, de 2025, revela-se, assim, juridicamente vulnerável e potencialmente geradora de elevado contencioso tributário, em prejuízo da previsibilidade e da própria eficácia do ajuste fiscal pretendido.

Por fim, cumpre salientar que a prorrogação do Repetro até 2040, pela Lei nº 13.586, de 2017, e sua reafirmação pela Lei Complementar nº 214, de 2025, que instituiu o Repetro-IVA no contexto da Reforma Tributária, evidenciam compromisso legislativo com a estabilidade e a proteção da confiança legítima dos investidores. Submeter esses regimes a cortes genéricos no âmbito do PLP nº 128, de 2025, cria contradição normativa com o marco tributário recém-aprovado, fragiliza a credibilidade institucional e eleva o risco regulatório. Diante desse conjunto de razões constitucionais, técnicas e econômicas, a aprovação da presente Emenda revela-se medida necessária e prudente para compatibilizar o ajuste fiscal com a racionalidade do sistema tributário e com a estratégia energética de longo prazo do País.

Sala das sessões, 17 de dezembro de 2025.

Senador Jorge Seif
(PL - SC)
Senador

